

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 02/05/2022	Coluna: Economia



SEFAZ-BA ASSEGURA RECURSOS NO BID PARA INVESTIR EM TECNOLOGIA



2 Maio, 2022

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) acaba de assegurar novos recursos para investimentos na área de tecnologia ao assinar contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para implantação da segunda etapa do Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do estado da Bahia – Profisco.

O contrato foi assinado pelo representante do BID no Brasil, Morgan Doyle, e pelo secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitório. Os recursos previstos para o Profisco II, que tem prazo de cinco anos para ser concluído, somam US\$ 44,5 milhões. Destes, US\$ 40 milhões correspondem a financiamento do BID, e US\$ 4,5 milhões a contrapartida do Estado.

“No cenário atual de contínua evolução tecnológica, a segunda etapa do Profisco vai continuar dando suporte para que o processo de modernização do fisco baiano possa avançar”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, em nota.

Foto: Pedro Moraes/GOVBA

Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 02/05/2022	Caderno: Notícias



Segunda, 02 de Maio de 2022 - 21:35

Bruno Reis volta a defender subsídio de Estado e União para transporte público

por **Maurício Leiro / Vitor Castro**



O prefeito Bruno Reis (União) voltou a falar da situação do transporte público nesta segunda-feira (2). A fala do gestor está contextualizada em meio aos indicativos de greve de rodoviários que vêm sendo ventilados na capital e na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Para Bruno Reis é preciso uma intervenção urgente do estado e da União. "O problema não são só os rodoviários, mas também as empresas que não tem mais condições de tirar os ônibus das garagens por conta do preço do Diesel que teve outro aumento. Essa é uma situação grave para prefeituras de médias e grandes cidades.", disse.

Ainda de acordo com Bruno Reis, as prefeituras ainda esperam o subsídio do governo federal. "Como também o governo do estado deve resolver o problema dando desconto ou isenção do ICMS do óleo diesel no transporte público. Se não ocorrer isso, vai quebrar. Está aí o exemplo de Lauro de Freitas, cidade do PT, e falta sensibilidade do governo estadual para reduzir o **ICMS do combustível**", disse.

Veículo: BP Money	Online
Data: 03/05/2022	Caderno: Notícias



Economia

Preço da gasolina: Bahia registrou nove aumentos em 2022 [Compartilhar](#)

Em apenas quatro meses, o preço da gasolina já registrou uma alta de 27%, enquanto o diesel subiu 64%, muito acima da inflação oficial do país que, até março, acumulava uma alta de 3,20%

Redação BP Money em 3 de maio de 2022 10:00



O **preço da gasolina** tem tirado o sono de muitos brasileiros nos últimos tempos. Na Bahia, a situação não é diferente. Após a Acelen, que administra a Refinaria de Mataripe, localizada em São Francisco do Conde, interior baiano, anunciar mais um reajuste, o Sindicombustíveis Bahia (Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Estado da Bahia) afirmou ter sido o nono aumento feito pela empresa.

Com isso, em apenas quatro meses, o preço da gasolina já registrou uma alta de 27%, enquanto o diesel subiu 64%, muito acima da inflação oficial do país que, até março, acumulava uma alta de 3,20%.

O mais novo reajuste da Acelen registrou alta de 11,3% do diesel S10, 11,4% do diesel S500 e 6,7% da gasolina. Em nota, o órgão disse que os reajustes "seguem critérios de mercado que levam em consideração variáveis como custo do petróleo, que é adquirido a preços internacionais, dólar e frete".

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 02/05/2022	Coluna: Economia



‘TOPO DOS INVESTIMENTOS’, DIZ WAGNER SOBRE SAÚDE NA BAHIA



2 Maio, 2022
Por Redação

O senador Jaques Wagner (PT) disse nesta segunda-feira, 2, que encontrou um ‘cenário difícil’ da saúde na Bahia em 2007, mas que hoje o estado estaria no ‘topo’ dos esforços e investimentos na área.

“Quando assumi o Governo, em 2007, encontrei um cenário muito difícil na área da saúde. Iniciamos então um trabalho de base, com a construção de novos hospitais e postos de saúde em todo o estado. Hoje, a Bahia segue no topo dos investimentos na área da saúde em todo o Brasil”, disse Wagner, em publicação nas redes sociais.

Entre os exemplos de investimento, o senador mencionou a inauguração da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) em Barreiras, no Oeste baiano. A unidade é voltada para atender pacientes em tratamento oncológico, com tecnologia de nova geração.

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

ECONOMIA

economia@grupoatde.com.br

& NEGÓCIOS

FINANÇAS Pesquisa divulgada pela CNC mostra alta no endividamento e inadimplência recorde no mês de abril; inflação é uma das causas apontadas

Endividamento das famílias brasileiras bate novo recorde

DA REDAÇÃO

O número de brasileiros endividados bateu novo recorde, de 77,7% das famílias no mês de abril. No mês anterior (março), 77,5% das famílias brasileiras fecharam o mês com alguma dívida, e em fevereiro, o percentual era de 76,6%. Os dados são da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor e foram divulgados ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na comparação com o mesmo período de 2021, quando a parcela correspondia a 67,5% do total, o salto foi de 10,2 pontos percentuais.

Já a proporção de famílias com dívidas ou contas em atraso passou de 27,8% em março para 28,6% em abril. Em um ano, o aumento foi de 4,3%. A parcela de famílias que afirmou não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso chegou a 10,9%, contra 10,8% em março e 10,4% há um ano, atingindo o maior patamar desde dezembro de 2020. Para a CNC, a tendência é de que o endividamento continue aumentando por causa da inflação nas alturas e dos juros de mercado elevados.

Outros destaques na participação do endividamento foram carnes de lojas (18,2%) e o financiamento automotivo (11,2%). Em sequência, vêm o crédito pessoal (9,4%)



Dívidas com cartões de crédito são o tipo mais comum entre os consumidores

e o financiamento de casa (8,3%).

Cartão de crédito

O cartão de crédito se manteve como o tipo de dívida mais comum entre os consumidores e foi a única modalidade que apresentou aumento em abril, representando 88,8% de famílias com dívidas.

O tempo médio de comprometimento das famílias com dívidas em abril foi de 7,1 meses.

Na avaliação por faixa de renda, o percentual de en-

dividados entre as famílias mais ricas, com rendimentos acima de 10 salários mínimos mensais, subiu a 74,5%, maior patamar da série histórica, com alta de 0,8 ponto percentual em relação a março e expansão de 11,4 pontos percentuais frente a abril de 2021.

No grupo com renda mais baixa, de até 10 salários mínimos mensais, a fatia de endividados chegou ao nível recorde de 78,6%, subindo 0,1 ponto percentual em relação a março e 10 pontos per-

centuais ante abril de 2021.

Quando à inadimplência, 31,9% das famílias de renda mais baixa estão com contas em atraso. Na outra ponta, 13,5% estão inadimplentes.

O levantamento da CNC é realizado mensalmente e tem como objetivo orientar os empresários do comércio de bens, serviços e turismo que utilizam o crédito como ferramenta estratégica, e permite o acompanhamento do perfil de endividamento do consumidor.

TURISMO

Novo coordenador da CET da Fecomércio toma posse

DA REDAÇÃO

O empresário Glicério Lemos foi empossado ontem como coordenador da Câmara Empresarial do Turismo (CET) da Fecomércio-BA, em solenidade no Restaurante Escola Senac Casa do Comércio. Criada em 2011, a CET funciona como órgão consultivo da Presidência da Federação para as questões relacionadas ao segmento turístico, promovendo reuniões periódicas com representantes de entidades ligadas direta e indiretamente ao turismo no Estado.

Com 45 anos dedicados ao turismo, sobretudo na hotelaria, Glicério já ocupou

cargos no trade turístico como a presidência da ABIH-BA (Associação Baiana da Indústria de Hotéis) e da Câmara de Turismo da Costa do Descobrimento. À frente do Monte Pascoal Praia Hotel, em Salvador, o empresário preside atualmente o Salvador Destination e é cônsul honorário da Guatemala na Bahia. Em seu discurso, ele recordou o primeiro contato com o Sistema Fecomércio-BA para viabilizar uma unidade do Senac Móvel para capacitação de pessoas na região de Porto Seguro, nos anos 90.

Prestigiaram a solenidade o presidente da Fecomércio, Carlos Andrade, o diretor da Setur-BA, Fernando



Carlos Andrade, Glicério Lemos e Kelsor Fernandes

Ferrero, representando o secretário de Turismo da Bahia, Maurício Bacellar, o diretor da Secult, Barreto Júnior, representando o secretário de Turismo de Salvador, Fábio Motta; o diretor da Vinci Airports e subcoordenador da Câmara, Julio Ribas, o vice-presidente da Fecomércio-BA, Kelsor Fernandes, a diretora regional

do Senac, Marina Almeida, o diretor regional do Sesc, José Carlos Boulhosa, o presidente da ABIH-BA, Luciano Lopes, o presidente da Abav-BA, Jean Paul, o presidente da Abrasce, Edson Piaggio, e todos os coordenadores anteriores da Câmara (Cicero Sena, Avani Duran e Giuseppe Belmonte), entre outros.

+ MILIONÁRIA

Nova loteria da Caixa é lançada

DA REDAÇÃO

Apostadores de todo Brasil podem, desde ontem, arriscar a sorte na +Milionária, a nova modalidade da loteria da Caixa Econômica Federal.

As apostas podem ser feitas em qualquer lotérica, pelo portal Loterias Caixa ou ainda no aplicativo (app). O primeiro sorteio será realizado no dia 28 deste mês. A partir de então, os sorteios correrão todos os sábados. A novidade está no valor a ser oferecido: a partir de R\$ 10 milhões, sem acumu-

lação, com dez faixas diferentes de premiação.

Como jogar

Na aposta simples, o apostador precisa marcar seis números de 1 a 50 e dois "trevos" de 1 a 6. Para apostas múltiplas, poderá escolher de 6 a 12 números entre os 50, e de 2 a 6 entre os 6 trevos.

Para o resultado dos concursos, serão sorteados seis números no globo com 50 bolas e, na sequência, dois números no globo contendo seis bolas. O prêmio principal é destinado ao ganha-

dor que acertar todas as seis dezenas e os dois trevos numerados

Quanto custa

A aposta simples custa R\$ 6. O preço de cada aposta combinada, ou múltipla, será estabelecido pela multiplicação do preço unitário da aposta simples.

Outro atrativo da +Milionária é ser também a única modalidade a contar com dez faixas de premiação.

Além da recém-lançada +Milionária, o apostador ainda pode tentar a sorte nas seguintes modalidades: Dia

de Sorte; Dupla Sena; Loteca; Loteria Federal; Lotofácil; Lotomania; Mega-Sena; Quina; Super Sete e Timemania.

Ferramentas

As ferramentas "surpresinha", onde o sistema escolhe os números para você, e "teimosinha", para manter o seu jogo de forma consecutiva por até cinco semanas, estão disponíveis na +Milionária. Quase metade do valor arrecadado pelas Loterias da Caixa é destinado a repasses sociais, conforme determinado pela legislação.



Prevenção e cuidado com a saúde



TATHYANA FERRAZ STIVAL

Diretora técnica e comercial do Laboratório Linus Pauling

Ao longo dos nossos mais de 26 anos de mercado, construímos com o apoio de colaboradores, parceiros e clientes uma história de muita solidez e sucesso no que diz respeito à assistência médica, diagnóstico laboratorial e vacinas. Sempre inspiramos momentos de cuidado diário por acreditar que o bem-estar e a saúde em dia advêm de cuidados constantes, por isso, faz parte da nossa cultura organizacional a prática de inserir o acolhimento como base de todas as nossas relações para garantir um atendimento humanizado, empático e com as melhores soluções.

O Linus possui uma essência feminina, sendo composto por 85% de mulheres. Aqui fomentamos a liderança feminina como uma forma de garantir mais inclusão para as mulheres no mercado e a elevação dos nossos padrões de qualidade.

Nossa atuação tem sido focada na experiência dos clientes nas nossas unidades de atendimento, localizadas em posições estratégicas nas cidades de Salvador e Lauro de Freitas, contemplando um planejamento arquitetônico com decoração contemporânea, amplo espaço e qualidade premium. "Lidar com pessoas requer atenção em cada detalhe e o Linus faz questão de garantir uma estrutura física totalmente diferenciada" afirma Rebeca Aitken, arquiteta e nossa diretora administrativa.

Visando entregar as melhores soluções, disponibilizamos também o serviço domiciliar, coleta de sangue e vacinas, com um agendamento prévio e totalmente digital feito através do WhatsApp, onde não há cobrança de taxa de deslocamento até a residência do cliente. Desta forma, além da comodidade, nosso cliente recebe como cortesia nosso desjejum premium elaborado por nutricionistas visando fornecer, no início do dia, alimentos diferenciados de alta qualidade que proporcionam de maneira equilibrada bem-estar e maior disposição. Com tudo isso o nosso serviço domiciliar proporciona aos nossos clientes mais economia, conforto e saúde, podendo com isso dedicar mais tempo às suas atividades pessoais. "Costumo dizer que, para quem trabalha com prestação de serviço e pessoas, a principal motivação é ter paixão por servir, se pôr no lugar do cliente e entender as suas reais necessidades para entregar as melhores soluções, e aqui no Linus estamos muito bem alinhados e motivados para cuidar da saúde de todos que necessitarem dos nossos serviços".

Oferecemos a solução ideal para cuidar da sua saúde.

Entregamos resultados exatos para te garantir mais tranquilidade e cuidamos para que nossas relações sejam duradouras e transparentes.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

Endividamento das famílias bate recorde

AVANÇO A proporção de famílias com dívidas em atraso ou contas em aberto, alcançou o nível recorde em abril, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A taxa com dívidas a vencer alcançou 77,7% do total de famílias, maior patamar da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Pecic), iniciada em janeiro de 2010.

O resultado representa um avanço de 0,2 ponto percentual (p.p.) ante março. Em relação a abril de 2021, quando a parcela de endividadas estava em 67,5%, a alta foi de 10,2 p.p..

A parcela de inadimplentes, ou seja, com dívidas ou contas em atraso, alcançou o ápice histórico de 28,6% do total de famílias. O resultado representa uma alta de 0,8 p.p. em abril ante março. Em relação a abril de 2021, houve elevação de 4,1 p.p., na proporção de inadimplentes.

A pesquisa identifica ainda que 10,9% declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e, portanto, permanecerão inadimplentes, um aumento de 0,1 p.p. ante março. Em relação a abril de 2021, houve crescimento de 0,5 p.p..

De acordo com a CNC, a inflação alta e disseminada

leva as famílias a recorrerem ao crédito para recomposição da renda, apesar dos juros elevados.

O cartão de crédito se manteve como o tipo de dívida mais comum entre os consumidores, única modalidade com aumento em abril, alcançando 88,8% de famílias com dívidas. Segundo a entidade, o resultado revela "que o endividamento está ocorrendo essencialmente no consumo de curto prazo". Em abril, o tempo médio de comprometimento das famílias com dívidas foi de 7,1 meses.

Na avaliação por faixa de renda, o percentual de endi-

vidados entre as famílias mais ricas, com rendimentos acima de dez salários mínimos mensais, subiu a 74,5%, maior patamar da série histórica, com alta de 0,8 p.p. em relação a março e expansão de 11,4 p.p. ante abril de 2021. No grupo com renda mais baixa, até dez salários mínimos mensais, a taxa de endividados chegou ao nível também recorde de 78,6%, subindo 0,1 p.p. em relação a março e 10 p.p. ante abril de 2021.

Quanto à inadimplência, 31,9% das famílias de renda mais baixa estão com contas em atraso. No grupo de renda mais elevada, 13,5% estão inadimplentes.

INDICADORES

CÂMBIO

	Grupo	Variação
Dólar Comercial	R\$ 1,210	-0,10%
Dólar Turismo	R\$ 1,700	-0,10%
Euro Turismo	R\$ 1,400	-0,10%

BOLSA

	Pontos	Variação
Ibovespa	123.100	+1%

POUPANÇA

CDI 12m	12,00%
---------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.412,00

INFLAÇÃO

	Março	Abril	12 meses
IPCA-VICIA	0,2%	0,3%	5,8%
IPCA-NUVA	0,1%	0,2%	5,7%
IPCA-SEMI	0,1%	0,3%	5,9%

APÓS MCDONALD'S, PROCON PROÍBE BURGER KING DE VENDER WHOPPER COSTELA

CONSUMIDOR O Procon proibiu a rede de fast food Burger King de vender o hambúrguer Whopper Costela em todo o Distrito Federal. O órgão da Secretaria de Justiça e Cidadania do governo local considerou que há "publicidade enganosa" na comercialização do sanduíche com "hambúrguer

produzido à base de paleta suína e aroma de costela".

A informação sobre a real composição do sanduíche não é disposta de modo claro e ostensivo na publicidade do produto, induzindo o consumidor a erro", registrou o órgão em nota.

O Burger King não pode vender o sanduíche até a

'correção total da publicidade', sob pena de sanções como multa, apreensão dos produtos ou até interdição do funcionamento das lojas da rede, diz o Procon. Já o Procon-SP pediu explicações ao Burger King. Em nota, a rede disse que "reforça que desde o lançamento do produto sempre trouxe com clareza

em sua comunicação".

Na semana passada, o McDonald's tirou do cardápio no país os "Novos McPicanha". Apesar de feitos com 100% de carne bovina, os sanduíches usavam aromas de picanha e foram notificados por diversos órgãos de defesa do consumidor e pelo Conar por marketing enganoso.

IMPOSTO

18MI

De declarações de imposto de renda a Receita Federal já recebeu. Ao todo, o fisco espera receber 34,1 milhões de declarações. O prazo para enviar o documento sem multa termina no dia 31.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O país vive uma baixa crise econômica, criada pelo atual governo, por má gestão dos choques externos e por seus erros, e o ex-presidente Lula, que está na frente das pesquisas há meses, não tem falado sobre economia. Como ele pensa em conduzir o país para fora da crise? Desta vez a herança má de fato é mal dita. No governo, o PT errou e acertou. Portanto, a dúvida sobre os caminhos ficaria Lula, talvez questão, e em outras, escolheu a estratégia de falar apenas para os seus fãs eleitores. Esses votos são dele. O que é preciso, explicou um dos seus ex-ministros, é não assustar os que têm propensão de votar nele neste momento.

Na economia, quando assumiu em 2003, Lula superou a disparada do dólar que havia ocorrido por dois motivos, a crise de confiança em relação à política econômica que seguiu e o

baixo nível de reservas cambiais. Na lista dos seus acertos, houve uma forte acumulação de reservas. Foi isso porque aproveitou o boom das commodities que ocorreu no início do seu governo, mas poderia ter malbaratado essa oportunidade, como fez por exemplo a Argentina. As reservas cambiais ajudaram o Brasil a passar melhor por todas as crises que se seguiram. Foi a vacina usada por todos os governos, inclusive este. Na semana passada, o Banco Central estava vendendo dólares para evi-

tar o estresse que surgiu por mais um confronto institucional criado por Bolsonaro.

A lista de acertos de Lula na economia é grande, mas depois de contornado a crise de 2008-2009 seu governo expandiu muito os gastos para a eleição de 2010 e isso foi parte dos problemas agravados depois. Uma falta de expansão de gastos, que começou no governo Lula, e permitiu no governo Dilma, aumentou as transferências para a elite brasileira. O pressuposto dos autodenominados desenvolvimentistas é fortalecer o crédito nacional. O caso mais emblemático do erro foi o BPS, que foi elevancado pelo BNDES para acumular ativos no exterior. Falando sério um governo de espartano deve aumentar as transferências para o capital. Simples assim. É errado do ponto de vista liberal e do ponto de vista da esquerda. Mas foi feito. As estatísticas são claras. Os subsídios ao crédito subiram de 10% para 2,15% do PIB, entre 2003 e 2015, enquanto os subsídios tributários saíram de 19%

para 4,5% no mesmo período. Hoje os economistas que estão em torno do candidato Lula falam em uma reforma fiscal que reduza esses benefícios. Tomara que realmente o façam se voltarem ao poder.

Lula afirmou que a recessão de 2015-2016 foi criada pelo "golpe" de 2016. Isso é o mesmo para os duvidos dos seus fãs seguidores. Mas é falso. Houve uma intervenção desastrosa na energia, com a MP 579 que levou ao maior tarifaço da história, houve descontrolado de gastos públicos, e o Brasil perdeu o grau de investimento que havia conquistado em seu governo.

O Banco Central no governo Lula foi autônomo na prática, ainda que houvesse muita pressão de petistas contra o então presidente do BC Henrique Meirelles. Essa autonomia ajudou no esforço para controlar a inflação que havia subido no período de transição. Falei que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, será marido e bom, mas insuficiente. Se Lula sair defendendo o fim da autonomia for-

má recentemente conquistada será um tiro no pé.

Se quiser acabar com o teto de gastos, o ideal é que o candidato explique em algum momento como vai dar um horizonte de queda da dívida pública/PIB, que está muito alta. Defender, como tem feito sempre, preço baixo na gasolina pode ser bom para trazer votos da classe média, mas a verdade é que posta em prática aumenta o gasto público com combustível fóssil e pode levar a Petrobras de volta ao prejuízo. Os dividendos pagos pela estatal ao Tesouro podem financiar investimentos sociais importantes.

Com o avanço da campanha, Lula será cobrado a explicar seu programa econômico e se detém o objetivo de ganhar a eleição deve parar de improvisar. Quando ganhou a eleição em 2002, Lula entrou na equipe econômica liderada por Pedro Malan e Américo Fraga uma transição republicana e uma situação fiscal muito melhor que a atual. Na área externa, um empréstimo havia sido feito no FMI para que dois terços fossem liberados em sua administração. Desta vez, se ganhar a eleição, enfrentará toda a hostilidade do governo Bolsonaro. Nada será fácil. Portanto, o melhor é pensar antes de falar e realmente ter uma proposta coerente para tirar o país da crise gerada em grande parte pelo próprio presidente atual.

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA

IRAN PADRÃO, nº 0000, situado em Economia, endereço da carteira de identidade nº 27621814302374, passaporte nº 474121707, e VPM H2, através do Banco Central em Brasília, provida da carteira de identidade nº 42020472308302, apresento o nº 12345678.

DECLARAM, sob o termo do art. 1º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.125, de 2 de agosto de 2012, que o conteúdo da presente proposta de admissão ao crédito é verdadeiro. BANCO BICOMER S.A., inscrita no CNPJ nº 07.000.000/0001-99.

DECLARAM que, em relação a esta proposta de admissão ao crédito, não possuem nenhuma dívida com o Banco Central do Brasil, por meio do Procon-DF, na forma especificada acima, ou não se encontram em processo de divórcio ou em qualquer situação de suspensão de direitos civis, ou seja, não possuem nenhuma dívida com o Banco Central do Brasil ou com o Procon-DF, na forma especificada acima, ou não se encontram em processo de divórcio ou em qualquer situação de suspensão de direitos civis, ou seja, não possuem nenhuma dívida com o Banco Central do Brasil ou com o Procon-DF, na forma especificada acima.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização de Serviços Financeiros – OSDFP
Brasília, 26 de maio de 2023.

TRICOLOR ATINADO

Sem Raí, Bahia perde mais força no ataque

A perda de Raí para o jogo desta noite contra o Londrina só fez fragilizar ainda mais o poderio ofensivo do Bahia, decisivo, acima de tudo, num jogo em casa, onde os três pontos são mais que importantes. Sem Rodallega, ainda afastado, o técnico Guto Ferreira deve dar uma nova função a Jacaré, o escalando desde o começo da partida por uma das beiradas, ficando com Davó as funções de uma camisa nove.

Pelo menos foi o que transpareceu ontem, no último treino da equipe para pegar o Londrina, em jogo que vale de volta para o Bahia a liderança da competição, ainda que momentânea.

E para isso o Bahia sabe que além de mostrar um futebol mais ofensivo, não pode mais cometer erros na troca de passes na saída de bola. Foi num desses erros bobos que o time cedeu um escanteio para o Ituense e dele saiu o gol que decretou a derrota tricolor ante a equipe de Iú.

Sobre a situação de Raí, ainda que sem gravidade, o quadro é preocupan-



OFENSIVA
O Bahia, mesmo desfalcado, vai para cima do Londrina



te. O atacante fraturou o terceiro e o quarto metacarpos da mão direita e será submetido a procedimento cirúrgico. Ele deixou o campo ainda no primeiro tempo do jogo contra o Ituano e o quadro de fratura foi confirmado na chegada a Salvador,

embora antecipado pelo médico do clube, ainda no vestiário. Raí se machucou depois de cair de mau jeito e sentir muitas dores.

O jogador de 23 anos disputou 21 partidas pelo Tricolor, este ano, com quatro gols marcados e três as-

sistências. É o típico atacante de beirada, rendendo mais pela direita. O Bahia não divulgou por quanto tempo o atleta vai ficar fora das escalões do técnico Guto Ferreira, mas a previsão é de no mínimo três semanas.

Sem poder contar com Raí, o Tricolor deve ter, no próximo jogo, o retorno do volante Rezende, que treinou normalmente na manhã deste domingo, no CT Evaristo de Macedo, mas o problema do time não está no meio e sim no ataque.

ESQUEMA

Vitória tem uma semana para acertar o time e voltar a vencer



RECUPERAÇÃO

Vitória quer embalar para somar os pontos necessários

O Vitória se reapresentou ontem e iniciou a preparação para enfrentar a Aparecidense, segunda-feira, às 20 horas, em Aparecida de Goiânia, pela quinta rodada da fase de classificação do Brasileiro da Série C.

Após vencer a primeira partida das quatro que disputou, o Vitória quer embalar para somar os pontos necessários e fechar a fase entre os oito primeiros que passam

para o mata-mata da competição. Na reapresentação, os jogadores foram divididos em grupos.

Os titulares na vitória por 1 a 0 diante do Manaus, sábado passado, cumpriram a programação pós-jogo: exercícios na academia de musculação, corrida em torno dos campos, crioterapia, banheira e massagem.

Os demais jogadores trabalharam nos campos 1 e 2 do Centro de Treina-

mento Manoel Pontes Tanajura sob comando do técnico Fabiano Soares e sua comissão. Após o aquecimento com o preparador físico André Gabel, o grupo treinou os aspectos técnicos e táticos com Fabiano.

Os zagueiros Everton Páscoa (lesão na posterior da coxa direita) e Rafael Ribeiro (dor no adutor da coxa direita), mais o lateral Alemão com lombalgia e o volante Alan Santos, que está com

fascite plantar (inflamação na sola do pé direito), ficaram em tratamento na fisioterapia.

Prosseguindo com a preparação para a próxima partida, a equipe volta a treinar nesta terça-feira, às 15h30 no CT Manoel Pontes Tanajura. A viagem para Goiânia será no domingo.

Após cumprir suspensão no jogo de sábado por expulsão, o lateral Lazzaroni está à disposição do técnico.

ECONOMIA

Estimativa de inflação para este ano sobe pela 16ª vez e já se aproxima de 8%



O ESTADO DE S.PAULO

Economistas do mercado financeiro elevaram pela 16ª semana consecutiva a estimativa da inflação esperada para este ano, indicou o relatório do Boletim Focus divulgado pelo Banco Central (BC) nesta segunda-feira, 2. A estimativa foi de 7,65% para 7,89%, conforme o Relatório de Mercado Focus, cada vez mais distante do teto da meta deste ano (5%).

No fim de março, o BC admitiu que a meta de inflação deve ser superada novamente neste ano. A probabilidade de "estouro" da meta é de 88% a 97%, calculou a instituição.

Para 2023, foco principal da política monetária, o

afastamento do centro da meta (3,25%, com margem de 1,75% a 4,75%) também continua, com o aumento de 4,00% para 4,10%.

Para 2022, há um mês, a mediana para o IPCA era de 6,97%. Já para 2023, era de 3,80%. Considerando as 102 alterações nos últimos cinco dias úteis, a mediana para 2022 também subiu, de 7,72% para 7,95%. Para 2023, as 100 alterações feitas nos últimos cinco dias úteis elevaram a estimativa mediana de 4,00 para 4,12%.

Já a mediana para 2024 se manteve 3,20% na última semana, de 3,12% um mês antes. Já a previsão para 2025 continuou em 3%, mesmo percentual de um mês atrás.

A meta para 2024 é de 3%, com margem de 1,5 ponto percentual (de 1,5% para 4,5%). Para 2025, por sua vez, a meta ainda não foi definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom) de março, o BC atualizou suas projeções para a inflação com estimativas de 7,1% em 2022

e 3,4% em 2023. Diante da volatilidade no mercado de petróleo causado pela guerra na Ucrânia, o colegiado ainda criou um cenário alternativo, com maior probabilidade, em que as previsões estariam em 6,3% e 3,1%, respectivamente. O colegiado elevou a Selic em 1,5 ponto percentual, para 11,75% ao ano.

Inadimplência das famílias brasileiras renova recorde

DANIELAAMORIMAE

A proporção de brasileiros endividados e inadimplentes alcançou novos recordes em abril, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A falta com dívidas a vencer alcançou 77,7% do total de famílias, maior patamar da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), iniciada em janeiro de 2010.

O resultado representa um avanço de 0,2 ponto percentual (p.p.) ante março. Em relação a abril de 2021, quando a parcela de endividados estava em 67,5%, a alta foi de 10,2 pontos percentuais.

A parcela de inadimplentes, ou seja, com dívidas ou contas em atraso,

alcançou o ápice histórico de 28,6% do total de famílias. O resultado representa uma alta de 0,8 ponto percentual em abril ante março. Em relação a abril de 2021, houve elevação de 4,3 pontos percentuais na proporção de inadimplentes.

"O valor também representa crescimento de 4,4 p.p. em relação ao registrado em fevereiro de 2020, antes da pandemia de covid-19", ressaltou a CNC, em nota.

A pesquisa identificou ainda que 10,9% declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e, portanto, permanecerem inadimplentes, um aumento de 0,1 ponto percentual ante março. Em relação a abril de 2021, houve crescimento de 0,5 ponto percentual.

Confiança empresarial atinge maior nível em cinco meses, diz FGV

AGÊNCIA BRASIL

O Índice de Confiança Empresarial (ICE), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu 2,7 pontos na passagem de março para abril deste ano. É a segunda alta consecutiva do indicador que atingiu 94,5 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos. Foi o

maior patamar desde novembro do ano passado (96,4 pontos). O ICE consolida os índices de confiança dos empresários dos quatro segmentos econômicos pesquisados pela FGV: indústria, serviços, construção e comércio.

O Índice de Situação Atual, que mede a confiança dos empresários do pre-

sente, subiu 3,6 pontos e chegou a 95,7 pontos. Já o Índice de Expectativas, que mede a percepção do empresário em relação aos próximos meses, subiu 2 pontos e atingiu 94,4 pontos. Entre os quatro setores que integram o ICE, apenas a confiança do comércio teve queda entre março e abril: -0,9 ponto. Com esse recuo,

o setor se mantém com o pior resultado: 85,9 pontos.

Por outro lado, a construção teve a maior alta (4,8 pontos) e atingiu o maior patamar entre os quatro setores: 97,7 pontos. Os serviços subiram 4 pontos e chegaram a 96,2 pontos, enquanto a confiança da indústria cresceu 2,4 pontos e atingiu 97,4 pontos.

Veículo: Bocão News	Caderno: Economia
Data:	



ECONOMIA

Postos terão duas formas de mostrar preços de combustíveis



A medida passa a valer a partir do próximo dia 7

Publicado em 02/05/2022, às 13h19 Rovena Rosa/ Agência Brasil
Agência Brasil

Os revendedores de combustíveis de todo o país vão exibir os preços com duas casas decimais e não mais com três, como acontece atualmente. A medida passa a valer a partir do próximo dia 7. É o que determina a Resolução nº 858/2021, da [Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis \(ANP\)](#), que deu prazo para as revendedoras se adequarem

até essa data.

Segundo informou hoje (2) a ANP, o objetivo da mudança é deixar o preço do combustível mais preciso e claro para o consumidor, alinhado-o com a expressão numérica da moeda brasileira. Os preços deverão ser exibidos com duas casas decimais, tanto no painel de preços quanto nos visores das bombas abastecedoras.

A ANP salientou, entretanto que, nas bombas, será permitido que o terceiro dígito seja mantido, desde que seja zero e fique travado no momento do abastecimento. A agência entende que, dessa forma, os postos não precisarão

trocar os módulos das bombas, o que poderia acarretar custos aos agentes econômicos. Como a terceira casa decimal estará zerada e travada, a percepção é que não haverá dúvidas e que o objetivo da regra, que é dar clareza aos consumidores.

A agência avaliou que essa mudança não implicará em impactos no valor final dos preços dos combustíveis, uma vez que ela não trará custos relevantes aos revendedores, nem restrições aos preços praticados.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/05/2022	Coluna: Economia



CONTAS PÚBLICAS TÊM RESULTADO POSITIVO EM FEVEREIRO



3 Maio, 2022

As contas públicas fecharam fevereiro com superávit primário de R\$ 3,471 bilhões, informou nesta segunda-feira (2) o Banco Central, no melhor resultado para o mês desde 2012, quando o setor público consolidado ficou no azul com R\$ 9,514 bilhões. O resultado de fevereiro mantém as contas no positivo depois de um janeiro com o superávit primário de R\$ 101,833 bilhões, o maior número mensal de toda a série histórica do BC. Em fevereiro de 2021, foi registrado déficit de R\$ 11,770 bilhões.

Para se chegar ao resultado primário, calcula-se a diferença entre despesas e receitas do setor público, antes do pagamento de juros da dívida pública. O setor público consolidado inclui governos central, estaduais e municipais, bem como empresas públicas (com exceção de Petrobras e Eletrobras). As estatísticas fiscais divulgadas pelo BC nesta segunda encontram-se defasadas em razão da greve de servidores, que atrasou a divulgação de alguns dados. A paralisação deve ser retomada nesta terça-feira (3), o que pode comprometer divulgações futuras.

Em fevereiro, o resultado positivo foi proporcionado sobretudo pelo superávit de R\$ 20,172 bilhões apresentado por estados e municípios. As estatais também registraram superávit de R\$ 2,480 bilhões. O governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência), porém, fechou o mês com déficit de R\$ 19,181 bilhões.

Com o resultado de fevereiro, o superávit acumulado no ano chegou a R\$ 105,304 bilhões. Nos últimos 12 meses, as contas estão no azul em R\$ 123,427 bilhões, o equivalente a 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com o Banco Central. A dívida bruta do país ficou em 79,2% do PIB em fevereiro, contra 79,5% em janeiro. A dívida líquida foi a 57,1%, ante 56,6% no mês anterior.

Foto: José Cruz/Agência Brasil

Preço da gasolina sobe na Bahia

Com o aumento na refinaria, o bolso do baiano, conseqüentemente, é impactado. De acordo com dados da plataforma "Preço da Hora", que registra o valor médio de mais de 500 mil produtos de todos os municípios da Bahia, o litro de gasolina que, em média, saía a R\$ 6,88 em janeiro, custa R\$ 7,58 em maio nos postos do estado. Já o diesel passou de R\$ 5,81 - valor médio do litro - para R\$ 7,44.

Nova regra da ANP entra em vigor nesta semana

Visando facilitar a vida dos brasileiros, todos os postos deixarão de exibir os preços em três casas decimais e passarão a apresentar valores com apenas duas casas. A mudança, definida no ano passado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) passa a valer neste sábado (7).

Leia também: Gasolina sobe novamente e já chega a R\$ 8,77 na Bahia

De acordo com a ANP, a alteração não vai mudar o **preço da gasolina** para o consumidor porque não traz custos relevantes a quem está vendendo e nem restrições aos preços praticados. No entanto, segundo o Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), os valores serão arredondados para cima.

Economia



BAGAGEM GRÁTIS

Governos estuda derrubar n

Gratuidade foi incluída na Câmara em medida provisória

BENEFICES EM ANO ELEITORAL

RISCO FUTURO PARA AS CONTAS PÚBLICAS

Com alta da inflação, governo faz renúncia fiscal de mais de R\$ 40 bi

ELLIANE OLIVEIRA
E FERNANDA TRISOTTO
@ellianeoliveira
@fernandatrissotto

A inflação de dois dígitos tem sido usada pela área econômica do governo para lançar medidas que tentam, em ano eleitoral, aquecer a economia, que deve crescer abaixo de 1% este ano, de acordo com as previsões. Uma das principais apostas é a redução de tributos. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial de inflação, acima de 10% nos últimos sete meses, abriu espaço para um aumento da arrecadação. Na avaliação de especialistas, porém, a renúncia fiscal bilionária deixa uma conta para o próximo governo, à medida que não há garantias de que esse volume crescente de recursos no caixa vá se manter.

Como a arrecadação de tributos consiste, em geral, de um percentual sobre o valor cobrado sobre produtos e serviços, o aumento de preços faz com que o valor levantado pelo governo suba imediatamente. Porém, a maior parte das despesas públicas não tem correção imediata. Muitas são atreladas ao salário mínimo, corrigido apenas uma vez por ano. É com base nessa defasagem entre os recursos que entram no caixa e os que saem dos cofres públicos que o governo viu espaço para aumentar a concessão de benefícios.

Estimativas do Ministério da Economia apontam que a renúncia fiscal chega a R\$ 43,4 bilhões, considerando apenas a redução da alíquota de IPI e de PIS/Cofins dos combustíveis. Isso só seria possível graças à elevação da receita decorrente da inflação.

Segundo cálculos do governo, somente a redução de 35% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vai representar uma renúncia fiscal de R\$ 23,3 bilhões este ano, chegando a R\$ 31,9 bilhões em 2025. Para especialistas, abrir mão de imposto sem garantia de que essa receita continuará a crescer adiante pode agravar mais a situação das contas públicas. O governo, porém, avalia que os cortes de tributos são



Alívio no imposto. A linha branca de eletrodomésticos foi uma das beneficiadas com o corte do IPI de 35%. A renúncia fiscal só do IPI chega a R\$ 23,3 bilhões este ano

O AVANÇO DO ÍNDICE

IPCA acumulado em 12 meses (%)



Fontes: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, e Ministério da Economia

Perda de arrecadação com redução do IPI

Em bilhões de R\$



Editoria de Arte

feitos de forma sustentável, com uma arrecadação que sobe acima da inflação.

— Esse fenômeno está na base das crises inflacionárias que já ocorreram aqui e em outros países — ressalta o economista e professor da UnB, Roberto Ellery.

Saídas como esta, lembra a professora de economia do Insper, Juliana Inhasz, levam ao fenômeno que ficou famoso no Brasil dos anos 1980: o imposto inflacionário.

— Não é um imposto que evoca o pagamento de boleto, como IPTU

e IPVA, mas é um imposto que a inflação cria dentro da economia, como se as pessoas estivessem pagando um tributo. Elas são obrigadas a consumir menos, se deparam com um poder de compra menor e não têm como se negar a pagar esse custo maior, porque ele está no caixa do mercado, na hora que paga o produto, embutido no preço.

Segundo ela, o poder público se beneficia da inflação alta, porque os preços mais elevados ampliam a base de incidência tributária, o que se re-

flete na arrecadação.

Para Juliana, a elevação da arrecadação não é sustentável e, em breve, o governo vai se deparar com a alta dos próprios gastos, também motivada pela inflação maior. Isso vai se refletir no aumento dos custos de compras com novos contratos e reajustes salariais. Mas essa reversão só deve acontecer no próximo governo.

Atualmente, o governo sustenta a redução de impostos em dois pilares. O primeiro é que, a curto prazo, a arrecadação mais alta

faz frente a um gasto que não subiu na mesma proporção. O segundo é a alta dos preços das commodities.

— O ciclo de commodities acontece agora, porque o mundo está em recuperação, mas ele tem um prazo de validade, que não é tão longo — afirma Juliana.

Esse efeito na economia ainda terá reflexos pelo menos até 2023, na avaliação do economista Lucas Dezordi, professor da PUC-PR. Ele alerta para o fato de o aumento da arrecadação em ritmo

recorde não ser estrutural, não vai se manter nos próximos anos, e sim conjuntural.

— Contudo, no cenário de inflação elevada e commodities valorizadas, não esperamos uma queda expressiva dessa arrecadação — diz Dezordi.

Para ele, com a redução da inflação e desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB), o ritmo de arrecadação para 2023 tende a cair, mas não acredita que chegue ao ponto de contribuir para um desequilíbrio fiscal.

MUDANÇA NO TETO DE GASTOS

Roberto Ellery, da UnB, aponta outro "problema grave" relacionado com a inflação: a mudança no teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior — para permitir aumento de gastos em ano eleitoral. Mudou-se o prazo do cálculo para ter um índice de correção das despesas mais alto, já que o teto de gastos é calculado pela inflação.

— O ponto principal do teto era forçar escolhas no Orçamento. Se o governo quiser atender a um grupo, deve arcar com os custos políticos de contrariar outros grupos. Mudar o teto de forma a permitir aumento de gastos quebra esse princípio. No lugar de escolher quem atender e quem enfrentar, o que deveria ser normal em uma democracia, o governo optou por agradecer aos congressistas para aumentar o limite do teto em 2022 e facilitar outras escolhas.

Ellery cita, ainda, o orçamento secreto — emendas do relator nas quais não há transparência e destinadas às regiões que formam a base eleitoral dos parlamentares — para obter o apoio do Legislativo a projetos de seu interesse.

— É o caso clássico de comprar apoio político com recursos do Orçamento. No passado, isso deu processo e até cadeia. Agora querem legalizar.

Para Juliana Inhasz, o Orçamento é mais um exemplo do uso político da inflação. Ao

usar valores baixos para a projeção da inflação, como ocorre na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, o governo acaba reajustando tudo o que tem de pagar a um valor menor, e o que recebe a outro maior, o que não é sustentável. A proposta de LDO usou um percentual de 6,7% para reajustar o salário mínimo, que tem efeito cascata nas contas públicas. Mas as projeções do Boletim Focus, pesquisa do Banco Central com cem instituições financeiras, apontam inflação de 7,89%.

Procurado, o Ministério da Economia não se pronunciou. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou em abril que o excesso de arrecadação será transformado em redução de impostos. "Nós somos um governo liberal, queremos reduzir impostos", dissera.



Eventos com apoio da Setur-BA impulsionam turismo no estado

2 maio 2022

Foto: Tatiana Azeviche/SeturBA

O município de Paulo Afonso, na região norte, sediou neste fim de semana o 1º Festival Gastronômico Lagos e Cânions do São Francisco. O evento foi realizado no Centro de Cultura Lindinalva Cabral e teve o apoio da Secretaria de Turismo do Estado (Setur-BA), com o objetivo de promover o destino. Aproximadamente seis mil pessoas, da Bahia e de outros estados, aproveitaram a degustação da culinária regional, cozinha show, feira de artesanato e apresentações musicais.

A turista Eliane Oliveira veio de São Paulo e elogiou o festival. “Gostei muito. Amo a comida nordestina. O que mais me chamou a atenção foi a variedade de pratos típicos e a qualidade dos shows. Experimentei tapioca, queijo coalho e cuscuz”.

O catarinense João Leal destacou a organização da festa gastronômica. “Achei tudo ótimo. Foi explorado o potencial da cidade através do trabalho dos

expositores, dos artesãos e do pessoal do som. Espero que essa iniciativa seja mantida no calendário de Paulo Afonso”.

Ainda no fim de semana, a Setur-BA garantiu apoio a eventos em outras regiões. No município de Biritinga, na zona turística Caminhos do Sertão, aconteceu a 23ª Cavalcada do Grupo de Zé de Maroto, para impulsionar o turismo rural na região. No distrito de Baixio, em Esplanada, na Costa dos Coqueiros, foi realizado o 1º Trilhão Daventura de Mountain Bike, como incentivo ao ecoturismo. Em Salvador, houve o 5º Congresso da União Geral dos Trabalhadores da Bahia (UGT-BA) e a inauguração do monumento em memória das vítimas do trânsito, instalado no Dique do Tororó.

“Fechamos abril com parcerias de bons resultados e já temos uma agenda importante para maio, com destaque para o Congresso Brasileiro dos Magistrados, em Salvador; e a Expocatólica, a maior feira do turismo religioso católico do país, que será na cidade de São Paulo. Na sequência, teremos as ações no São João da Bahia, que já registra 100% de ocupação hoteleira em vários municípios”, pontuou a assessora do setor de eventos da Setur-BA, Emília Silveira.

Fonte: Ascom/Setur

Servidor planeja novo protesto por reajuste

Elite do funcionalismo promete parar hoje; “símbolo de pressão por mais gastos”, critica economista

Por Estevão Taiar — De Brasília

03/05/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas



Padovani: “cenário de aumento de carga tributária e de endividamento” — Foto: Carol Carquejeiro/Valor

Em mais uma etapa das pressões por aumento de salário, servidores públicos de três categorias do Executivo federal que já estão entre as mais bem remuneradas do funcionalismo planejam paralisar suas atividades hoje por pelo menos meio período.

A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor) prevê que aproximadamente 1,4 mil funcionários públicos vão aderir ao ato, o que representa 70% das categorias de planejamento e orçamento; políticas públicas e gestão governamental; e comércio exterior. Já há nova paralisação marcada para a semana que vem.

“Várias categorias estão intensificando suas mobilizações em virtude de o calendário orçamentário e eleitoral estar fechando”, diz o presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques. “Temos até o fim de maio para fazer a pressão necessária.”

O prazo é semelhante ao que o Ministério da Economia considera fundamental para que a ala política do governo tome uma decisão a respeito do tema, já que os trâmites para a concessão dos reajustes levariam aproximadamente um mês, na avaliação da pasta. A legislação eleitoral estabelece 2 de julho como limite para que o Congresso aprove reajustes.

Amanhã estão previstos protestos de “delegações de diversos Estados” da Controladoria-Geral da União (CGU) em Brasília, segundo Marques. Enquanto a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) - que representa carreiras que não costumam ser ligadas à elite do funcionalismo - planeja manter nesta semana representantes com bandeiras e caixas de som nas últimas semanas na frente ao Ministério da Economia.

Também hoje os funcionários do Banco Central (BC) retomam greve suspensa nas últimas duas semanas. Os servidores reivindicam não só reajustes, mas duas demandas não relacionadas a salários e que não foram divulgadas.

“Esses pedidos por reajustes são o símbolo de uma pressão por mais gastos no país, que vai implicar um cenário de aumento de carga tributária e de endividamento”, diz Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV. E acrescenta: “Existe hoje uma pressão econômica e política muito grande contra o teto de gastos”.

A busca por reajustes faz parte de um quadro maior de demandas por mais despesas, diz o economista. Ele lembra que, para que o teto seja cumprido, não apenas os salários do funcionalismo ficaram sem reajustes nos últimos anos, mas também os investimentos públicos foram alvo de grandes cortes, por exemplo.

As primeiras mobilizações começaram no fim de 2021, quando o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que pretendia conceder reajustes para três categorias que em grande parte pertencem à sua base de apoio: policiais federais, policiais federais rodoviários e agentes penitenciários. Outras categorias passaram a pleitear aumentos, mas o Orçamento deste ano só prevê R\$ 1,7 bilhão para esse tipo de despesa, quantia insuficiente para as demandas dos servidores.

Há algumas semanas, fontes do governo afirmaram que seria realizado um aumento linear de 5% para todas as categorias, o que custaria aproximadamente R\$ 6 bilhões somente em 2022 - acima da quantia prevista no Orçamento. Por isso seria necessário cortar outras despesas para cumprir o teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas primárias (excluindo gastos com a dívida pública) à inflação do ano anterior. Mesmo assim, a notícia foi mal recebida pelo funcionalismo. Desde então nenhum integrante do governo veio a público confirmá-la.

“O anúncio [de 5%] não pode ser levado a sério, porque não se traduziu em nenhum ato concreto”, diz o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Alison Souza. Ainda assim, o Sindilegis não considera por enquanto realizar greve ou diminuir o ritmo de trabalho.

Os reajustes pleiteados não possuem um único valor, ficando aproximadamente entre 20% e 30%. Segundo a Assecor, a defasagem dos vencimentos é de 28% desde o início do governo Bolsonaro, quando medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Já a Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe) diz que a “pauta emergencial” é um reajuste de 19,99%. A entidade fará paralisação no dia 19.

O movimento dos servidores vem causando atraso nas divulgações do Ministério da Economia e do BC de vários indicadores que são acompanhados por economistas e

mercado. Outros efeitos também têm sido perceptíveis, como o acúmulo de cargas em portos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Remover tártaro dentário agora é fácil e pode ser feito em casa

DENTAL RENEW

LINK PATROCINADO

Os filmes de faroeste mais bem avaliados de todos os tempos, classificados em ordem

COMEDY

LINK PATROCINADO

Égua se recusa a dar à luz - Quando o veterinário vê a ecografia ele chama a polícia

PDFWONDER

LINK PATROCINADO

Todas as pessoas com mais de 60 anos deveriam usar isso no pulso

SMART HEALTH

LINK PATROCINADO

Cera natural restaura móveis como novos

TICASA

Mercedes revela conceito elétrico com 1.000 km de autonomia feito em parceria com a F1

UM SÓ PLANETA

Filha de Angelina Jolie usa look do Oscar da mãe em red carpet

UM SÓ PLANETA

Morceguinho valente grita, sacode as asas e desfere mais de 50 tapas contra grupo de seis; assista ao vídeo

UM SÓ PLANETA

RS é Estado com mais casos em relação a total de empregados

Menores taxas de acidentes de trabalho ocorreram no Nordeste

Por Marsílea Gombata — De São Paulo

03/05/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Espírito Santo são os Estados com maior número de acidentes de trabalho notificados em relação ao número de trabalhadores expostos no ano informado, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) mais recente, compilados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho.

Os números são de 2020 e levam em conta o total de vínculos existentes no último dia do ano.

Naquele ano, o Brasil registrou 118 acidentes de trabalho por cada 10 mil trabalhadores. O Rio Grande do Sul foi o Estado com mais notificações - 154 casos para cada 10 mil. Mato Grosso veio em segundo, com 150 por cada 10 mil, seguido por Espírito Santo (148) e Mato Grosso do Sul (146).

Em seguida veio Santa Catarina (136), Paraná (126) e São Paulo (125). As menores taxas ocorreram no Nordeste - Pernambuco registrou 74 casos, Bahia, 73, Piauí, 51.

Quando analisados os casos monitorados pela Vigilância em Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, contudo, São Paulo aparece como o Estado onde ocorreram mais episódios.

Foram 36.324 notificações relacionadas ao trabalho no Estado do Sudeste, do total de 210,8 mil em todo o Brasil, segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Os dados são de 2020 e levam em conta o monitoramento do Ministério da Saúde.

Rio Grande do Sul vem em segundo lugar, com 35.408, Minas Gerais, em terceiro (23.945) e Paraná, em quarto (21.582).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Os filmes de faroeste mais bem avaliados de todos os tempos, classificados em ordem

COMEDY

LINK PATROCINADO

Égua se recusa a dar à luz - Quando o veterinário vê a ecografia ele chama a polícia

PDFWONDER

LINK PATROCINADO

Super promoção de queima de estoque: copo térmico com desconto e frete grátis!

LOJA ALFA

Comprar agora

LINK PATROCINADO

Os sintomas mais comuns do diabetes que você deve conhecer!

VITAMINEWS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

O que fazer quando não se tem dinheiro para pagar as contas

SUMUP

"UFC" das serpentes: cobra corredeira "lancha" cascavel em vídeo épico

UM SÓ PLANETA

O problema da dívida pública

Não há método para decidir qual é o nível de endividamento desejável

Por Luque, Silber, Luna e Zagha

03/05/2022 05h02 · Atualizado há 5 horas



— Foto: Unsplash

A solvência do governo é um tema recorrente nas discussões sobre a situação econômica do país. Os analistas se alarmam com aumentos da dívida e com caos econômico se a dívida pública não puder ser honrada. Ansiedades compreensíveis à luz de nossa história: o congelamento de ativos financeiros no governo Collor, a crise da dívida externa nos anos 1980 e uma história de moratórias da dívida externa nos primeiros anos da República.

A maioria das pessoas tem dívidas: empréstimo hipotecário, cartão de crédito, carro, televisão ou até sapato comprado a prazo exigem pagamentos mensais, as vezes em meses com poucos recursos. Pagar as dívidas exige sacrifícios. Não as pagar gera problemas. A maioria das pessoas não gosta, mas é racional endividar-se. Poupar para comprar uma casa sem se endividar? Significaria anos e anos de aluguéis e de contração de consumo. Ou seja, não se endividar significa um desperdício econômico e de bem-estar e as pessoas estão dispostas a pagar um preço para poder antecipar seu consumo.

Similarmente com as empresas, elas se endividam porque precisam de caixa - pagar os empregados, os insumos, outras despesas - e há defasagens entre entradas e saídas de caixa. As empresas também se endividam porque a demanda pelo que produzem aumenta, e precisam de mais maquinarias ou insumos. Portanto se endividam para financiar investimentos.

É indesejável elevar a dívida se pudermos evitá-lo assim como evitar aumentos se eles forem necessários

É também economicamente racional o setor público se endividar para financiar obras de infraestrutura: água, esgotos e transporte público. Muitas obras atendem a população por várias gerações e não é racional financiá-las por impostos, pois o custo recairia em uma única geração e ficaria como bônus para as demais.

Portanto, as pessoas, as empresas e o governo têm dívidas. Esse endividamento tem benefícios para os indivíduos e para a sociedade. Qual o limite do endividamento?

Na gestão de dívidas privadas, 4 parâmetros são importantes: a previsão de renda futura, os prazos, a taxa de juros e a finalidade do empréstimo.

Do ponto de vista do governo, os parâmetros que influenciam sua capacidade de endividamento têm diferenças importantes com as do setor privado: a primeira é que o governo pode aumentar seu fluxo de renda com aumentos de impostos. Quanto mais alta a tributação, maior a capacidade de endividamento do governo, mas uma tributação mais alta representa um peso para empresas e indivíduos e menores são os incentivos ao trabalho e a produção e maior são os incentivos para a evasão. Portanto a tributação dá um grau de liberdade ao governo que o setor privado não tem, mas deve ser manejado com parcimônia para não desestimular a atividade econômica.

A segunda diferença é que o governo pode emitir moeda através do banco central. Também nesse caso há limites fixados pelo risco de criar excesso de liquidez.

Uma das vantagens da dívida pública brasileira é que ela é denominada em Reais. A dívida pública denominada em moeda estrangeira, causou uma crise nos anos 1980 e 1990. A redução da dívida pública externa é um ganho que deve ser preservado pois é uma fundação da estabilidade macroeconômica do país.

Duas perguntas frequentes a respeito da dívida pública são: é justo onerar as gerações futuras com o peso da dívida? E quem vai pagá-la?

A primeira pergunta ressalta a importância da qualidade do gasto público. As gerações futuras herdarão a dívida pública assim como todos os ativos que essa dívida ajudou financiar: estradas, escolas, hospitais, transportes, etc. O que é importante é assegurar a qualidade dos gastos. É natural investimentos em ativos fixos serem financiados por dívida porque justamente as gerações futuras se beneficiarão dos ativos que serão financiados. Essa é a lógica da “Regra de Ouro” na nossa Constituição, infelizmente não utilizada no Brasil.

Para responder à segunda pergunta é útil pensar no caso de uma empresa privada. Enquanto ela estiver em funcionamento ela precisará se endividar para capital de giro ou inversão. A empresa não paga a dívida, mas vai rolando-a e, frequentemente, aumentando-a. O que é importante é que a dívida seja mantida a níveis compatíveis com relação às expectativas de receita, taxas de juros, rentabilidade do investimento e maturidade.

O mesmo ocorre com a dívida pública. As necessidades de financiamento podem aumentar ou diminuir dependendo da taxa de juros, do fluxo de impostos, dos gastos públicos e da evolução geral da economia. Como foi o caso em 2020, faz sentido o governo aumentar a dívida pública para atenuar os custos humanos de uma pandemia. Uma das razões pelas quais o Brasil provavelmente teve uma redução do PIB menor do que o antecipado no começo da pandemia é o resultado da decisão de aumentar o gasto público em 2020 mesmo às custas do aumento da dívida pública.

Portanto, é necessário convencer o contribuinte, os políticos e os analistas econômicos que aumentar a dívida pública pode fazer sentido. Infelizmente, não há metodologia que permita decidir qual é o nível razoável de endividamento do setor público.

Mas se o endividamento zero não é racional, qual seria o endividamento desejável? Há um significado econômico nos 60% do PIB adotados na UE antes da crise econômica? A resposta é não. No Japão a dívida pública chegou a 250% do PIB sem efeitos negativos sobre a economia. O PIB per capita do japonês nas últimas décadas acompanhou o dos EUA e outros países avançados. Uma relação dívida/PIB que parecia impensável alguns anos atrás não somente não teve um impacto negativo sobre a economia, mas o “Abenomics” ajudou a manter a demanda agregada no Japão em períodos nos quais o consumo privado estagnava.

No Brasil, os alarmes soavam vermelho há alguns anos atrás, com ameaças de colapso econômico. Essa foi a maior justificativa do teto dos gastos e o ímpeto para a Emenda Constitucional 95. Em 2019 a dívida era de 78% do PIB e medidas de contração fiscal levaram a uma dívida maior, mesmo antes da pandemia, sem problemas de financiamento da dívida ou sua rolagem. Aliás, um ex-diretor do Banco Central responsável pela administração da dívida pública nos anos de hiperinflação observou recentemente que o medo de inadimplência em relação à dívida pública não tem fundamento e que, mesmo quando a inflação atingiu dois dígitos ao mês, e a dívida tinha uma maturidade média de alguns dias, o Banco Central não tinha problemas em rolar a dívida.

Por último, numa economia que cresce a uma taxa superior à taxa de juros real, a relação dívida/PIB necessariamente decresce. No Brasil com a taxa de juros

ultrapassando de muito a taxa de crescimento não é de surpreender que a relação dívida/PIB tenha aumentado mesmo em períodos de superávits primários.

Conclusão: não há método para decidir qual é o nível de dívida desejável. O bom senso nos diz que é indesejável aumentar a dívida se pudermos evita-lo. E também nos diz que é indesejável evitar aumentos se esses forem necessários.

Carlos Luque é professor da FEA- USP e presidente da Fipe

Simão Silber é professor da FEA-USP

Francisco Vidal Luna é professor da FEA aposentado

Roberto Zagha foi professor Assistente na FEA-USP nos anos 1970 e no Banco Mundial a partir de 1980, onde encerrou a carreira em 2012 como Secretário da Comissão sobre o Crescimento e o Desenvolvimento, e diretor para a Índia

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Pesquisa do setor da construção apontam economia de até 30% em obras para empresas que utilizam ERP

KOPER ERP

Saiba mais

LINK PATROCINADO

Todas as pessoas com mais de 60 anos deveriam usar isso no pulso

SMART HEALTH

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$397,90 por R\$197,90

KIT COMPLETO FERRAMENTAS

LINK PATROCINADO

O que fazer quando não se tem dinheiro para pagar as contas

SUMUP

LINK PATROCINADO

Revelado a origem do zumbido e acredite é onde você menos espera (Confira)



Por Andrea Jubé

Jornalista e advogada, começou a acompanhar de perto os bastidores políticos em Brasília em 2007. Desde 2013, é repórter da editoria de Política do Valor

Lula testa quadros do PT para a Fazenda

Alexandre Padilha e Jaques Wagner são vozes de Lula sobre economia

03/05/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

Sem alarde, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a dar sinais de reedição do método adotado em 2002, quando venceu a eleição presidencial, para escolher quem será o responsável, em seu eventual futuro governo, pela condução da política fiscal.

Naquele ano, o ex-prefeito de Ribeirão Preto Antonio Palocci foi acumulando missões, ampliando a interlocução com empresários e com o mercado financeiro, na função de coordenador do programa de governo.

Padilha e Wagner são vozes de Lula sobre economia

Ainda assim, causou espécie quando veio a público a nomeação de um médico para o Ministério da Fazenda. Para o desempenho da função, Palocci cercou-se de quadros ortodoxos e abalizados como Marcos Lisboa e Joaquim Levy.

Duas décadas depois, após afirmar a uma dezena de interlocutores que pretende nomear um político para o Ministério da Fazenda - caso saia vitorioso do pleito em outubro -, Lula voltou a colocar em prática o velho método, destacando quadros orgânicos do PT para a interlocução com empresários e com o mercado financeiro.

Mais uma vez, Lula escalou um médico de perfil moderado para dialogar com o mercado financeiro. O ex-ministro da Saúde e deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP) surpreendeu positivamente o grupo de investidores com quem dialogou durante um almoço em Washington, no dia 22, em painel organizado pela XP Investimentos, durante a semana de eventos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Padilha foi convidado para fazer uma palestra sobre a conjuntura política e eleitoral, mas acabou ampliando a fala para o quadro econômico. Na véspera, ele havia se reunido com Lula para afinar o discurso.

A resposta foi tão positiva que o ex-presidente o enviou para uma nova missão junto a investidores, e Padilha- que também foi ministro das Relações Institucionais -, representou o presidenciável do PT em evento promovido pelo Banco Itaú/BBA, na Avenida Faria Lima, em São Paulo, no dia 28 de abril.

Segundo fontes que acompanharam a exposição de Padilha no evento da XP Investimentos, o petista confirmou que Lula pretende modificar o teto de gastos, mas rechaçou a hipótese de que o ex-presidente faça qualquer movimento abrupto nesse sentido. O ex-ministro da Saúde admitiu que o PT menciona a “revogação” da reforma trabalhista, mas ponderou que Lula desejaria, na verdade, revisar pontos da matéria. E que se for eleito, o petista trabalhará fortemente por uma reforma tributária.

Sobre o teto de gastos, segundo Padilha, Lula estaria idealizando um formato semelhante ao adotado com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que os recursos para as obras de infraestrutura ficariam de fora do cálculo do superávit primário.

Padilha ressaltou à audiência que o estilo de Lula não é o de canetadas. Lembrou que qualquer mudança sensível nas regras econômicas seria antes discutida em uma mesa de negociações que reuniria representantes do setor produtivo e dos trabalhadores. Segundo o ex-ministro, a ideia de Lula é resgatar o modelo do extinto Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o “Conselhão”, que reunia representantes de todos os segmentos da sociedade civil.

De fato, em um evento com sindicalistas no dia 14 de abril, ao lado do ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) - que será candidato a vice na chapa petista -, Lula afirmou que os sindicatos terão participação mais ativa em sua eventual nova gestão.

Mas ao mencionar a revisão da reforma trabalhista e uma reforma tributária, o ex-presidente disse que chamaria os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), e os sindicalistas, para discutirem juntos as mudanças. “Vamos colocar todo mundo na mesa, e eu quero saber qual é o compromisso de cada um”, acenou Lula naquele ato.

Ainda segundo participantes do evento da XP, Padilha foi cobrado pela audiência por um Lula mais “moderado”, e voltado para o centro. O petista respondeu que o aceno mais eloquente nesse sentido foi a aliança com o ex-adversário Geraldo Alckmin: essa teria sido a principal “inflexão” da campanha petista de 2022.

Porém, Padilha não é o único quadro do PT que Lula vem testando para o comando da Fazenda - caso resgate a velha nomenclatura da pasta. O senador Jaques Wagner também despontou como emissário de Lula para um evento internacional de ampla repercussão, especialmente junto a setores econômicos.

Duas vezes governador da Bahia, ex-ministro das Relações Institucionais, da Casa Civil e da Defesa, Wagner representou a pré-campanha de Lula no evento Brazil Conference, em Boston, no dia 9 de abril, organizado por estudantes brasileiros da Universidade de Harvard.

Wagner também exaltou o perfil conciliador de Lula no evento, e afirmou que, se for eleito, o petista governará de forma ampla e negociada. “Tenho absoluta convicção que, se ganhar a eleição, Lula será um presidente melhorado”, ressaltou. “Não é um ET que está baixando. É alguém que governou o país por oito anos”, completou.

No mesmo evento, Wagner rechaçou que Lula seja um político de esquerda, e pretenda instituir uma gestão com esse viés. “Lula não é um cara formado dogmaticamente no campo da esquerda. Ele não se formou lendo os livros da esquerda, ele se formou na vida”, observou o petista. “Ele é um cristão, um justiceiro social, se você quiser uma definição”, acrescentou o senador.

Amigo de Lula há 44 anos, o “Galego”, como é afetivamente chamado pelo ex-presidente, já aparecia como cotado para o Ministério da Fazenda do eventual novo governo petista, ao contrário de Padilha, cuja aposta surpreendeu o mercado.

Wagner vai acumular função de conselheiro na coordenação da campanha de Lula, ao mesmo tempo em que se dedicará a tentar eleger o ex-secretário de Educação Jerônimo Rodrigues (PT) na complicada eleição para o governo da Bahia.

**Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras
E-mail: andrea.jube@valor.com.br**

Governos regionais dobram superávit e têm melhor resultado para fevereiro

No acumulado de 12 meses, governo central registra primeiro saldo positivo (R\$ 1,73 bilhão) desde outubro de 2014

Por Larissa Garcia e Alex Ribeiro — De Brasília e de São Paulo

03/05/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

Com superávit de R\$ 20,17 bilhões em fevereiro, os governos regionais registraram o melhor resultado primário da série histórica do Banco Central para o mês e puxaram o desempenho do setor público consolidado, que ficou positivo em R\$ 3,471 bilhões, segundo dados divulgados pela autoridade monetária ontem.

O alívio nas contas públicas, segundo o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, foi resultado do crescimento da arrecadação no período. “[No governo central] O aumento da receita foi maior que o crescimento da despesa. Ambas aumentaram, mas a receita aumentou mais.”

O resultado de Estados e municípios, somado ao superávit de R\$ 2,48 bilhões das empresas estatais, mais do que compensou o déficit de R\$ 19,98 bilhões do governo central no mês. No resultado primário, são excluídos os encargos da dívida pública.

“Os governos regionais têm uma série longa de superávits. Retirando as sazonalidades, esse é o segundo maior resultado, atrás apenas de setembro de 2021. Em relação a fevereiro do ano passado, o resultado quase dobrou, com aumento de 91,6%”, detalhou Rocha.

Ele ressaltou que houve aumento real de transferências da União e aumento nominal de arrecadação. “As transferências regulares da União cresceram 26% em

termos reais. Uma parcela da arrecadação [do governo central] é compartilhada com Estados e municípios. As receitas próprias também cresceram. Em termos reais o ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] permaneceu estável, mas em termos nominais houve aumento de R\$ 5 bilhões", disse. "Não observamos eventos extraordinários que tenham impactado essa trajetória."

No acumulado de 12 meses até fevereiro, o governo central registrou o primeiro superávit (R\$ 1,73 bilhão) desde outubro de 2014. No período, o superávit primário do setor público consolidado alcançou R\$ 123,4 bilhões, o equivalente a 1,40% do Produto Interno Bruto (PIB), vindo de déficit de R\$ 691,72 bilhões no mesmo período do ano passado. Já pelo critério nominal, que considera também os juros da dívida, o setor público consolidado foi deficitário em R\$ 22,55 bilhões em fevereiro, quase metade do registrado no mesmo período de 2021, de R\$ 40,96 bilhões.

O setor público consolidado é formado por governo central (Previdência, Tesouro e BC), Estados, municípios e estatais. Ficam de fora Petrobras, Eletrobras e bancos públicos, como Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, cresceu 0,4 ponto percentual em fevereiro em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para 57,1%. A principal razão, segundo o BC, foi o efeito da valorização cambial no período, de 4,1%. Com as reservas internacionais, o país é credor em moeda estrangeira, então quando a cotação do dólar cai, a dívida se eleva.

Já na dívida bruta, o efeito da desvalorização do dólar é o contrário. Dessa forma, a variação cambial contribuiu para a sua redução, também em 0,4 ponto percentual, para 79,2% do PIB. O resultado também refletiu o crescimento do PIB nominal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: Copo térmico com preço imperdível! Restam poucas unidades.



Por Luiz Schymura

Luiz Guilherme Schymura é doutor em Economia pela FGV EPGE. É professor da FGV EPGE desde 1990 e pesquisador do FGV IBRE desde 2004

Em busca de uma nova âncora fiscal

Fragilidade das contas públicas impede fim do teto de gastos sem substituto

03/05/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

Estamos em pleno ano eleitoral e é natural existir uma grande expectativa quanto ao programa dos candidatos à Presidência. Nesse contexto, o que causa estranheza é o desaparecimento da questão fiscal do debate. O que está havendo? O teto dos gastos se tornou uma restrição fácil de ser cumprida? As contas públicas deixaram de ser um problema? Ou o tema é espinhoso demais para ser tratado em ano eleitoral?

Fato é que o quadro das contas públicas não tem se mostrado tão preocupante no curto prazo.

Fragilidade das contas públicas impede fim do teto sem substituto

Num primeiro momento após a aterrissagem da covid-19 em território nacional em 2020, houve forte queda do PIB e a necessária ajuda aos desassistidos, chamados de “invisíveis”. Os especialistas projetavam um quadro fiscal de grande e rápida deterioração. Felizmente, esse panorama não se concretizou. Na verdade, os dados surpreenderam muito favoravelmente. Entre 2020 e 2021, houve melhora forte e imprevista do resultado primário, de cerca de -10% para -0,4% do PIB. As boas

notícias continuaram. Em 2022, as projeções do mercado para o mesmo indicador saíram de -1,4% para -0,45% do PIB entre outubro de 2021 e abril de 2022.

Em uma comparação internacional de 40 países do mundo avançado e dos principais emergentes, segundo dados de abril do FMI, o Brasil consta do conjunto de seis países que deve apresentar resultado primário melhor em 2022 do que no ano pré-pandemia (2019). Em relação à evolução da dívida bruta, o Brasil apresentou acréscimo de apenas quatro pontos percentuais do PIB, ficando no “top 10” de melhor desempenho.

Talvez, pelas razões acima, a discussão sobre a política fiscal a ser adotada pelo próximo governo tenha perdido a urgência. Nessa mesma linha, é também natural que as Casas Legislativas evitem enfrentar assunto tão delicado, postergando, desse modo, o amadurecimento e a construção de um entendimento sobre o que fazer com o teto de gastos.

Contudo, quando são analisadas as perspectivas para o médio e o longo prazo, o panorama fiscal é menos reconfortante. Na verdade, por causa do irremediável aumento do juro real oriundo da necessidade de domar o processo inflacionário, a trajetória da dívida bruta do governo geral esperada pelo mercado vem sofrendo mudanças abruptas. Há muita incerteza. Na exibição do cenário em outubro/2021, a dívida bruta sairia de 81,9% do PIB em fim de 2021 e chegaria à marca de 81,5% do PIB em 2031, enquanto na de abril/2022, haveria elevação para 84,2% do PIB em 2031. Como se vê, em apenas seis meses o panorama para o endividamento em 2031 sofreu piora de 2,7 pontos percentuais do PIB, com o recrudescimento das expectativas de dificuldades fiscais à frente.

Portanto, se, por um lado, a leitura das projeções fiscais de curto prazo e as comparações internacionais apontam uma situação controlada - e talvez conducente ao relaxamento do esforço de consolidação fiscal -, por outro, a perspectiva fiscal de médio e longo prazo é bem menos animadora e coloca em questão se vale mesmo a pena abrandar as ações para a construção de um arcabouço institucional sólido e factível de ajuste das contas públicas.

Pelo que temos visto da classe política, não devemos esperar muita coisa em termos de aprimoramentos e melhorias de nossos alicerces fiscais. Assim, tudo leva a crer que entraremos no ano do novo ciclo presidencial com o instituto do teto de gastos -

o qual estabelece, grosso modo, que os gastos públicos devam crescer anualmente com a inflação - ainda preservando seu status de mecanismo formal de garantia da estabilidade fiscal brasileira.

É claro que, nesse contexto, é inexecutável uma dinâmica orçamentária cujas despesas obrigatórias cresçam acima da inflação. Não à toa, as despesas discricionárias do Poder Executivo - que em 2022 atingirão cerca de 1,4% do PIB - serão reduzidas ano após ano, atingindo a minúscula marca de 0,6% do PIB em 2025, segundo as projeções contidas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023. É bom salientar, volume incompatível com a prestação normal de serviços públicos e a preservação mínima do estoque de capital público.

É provável, inclusive, que, já em 2023 haja pressão para “rompimento” do teto, pois o limite estabelecido torna o espaço para gastos extremamente estreito, inviabilizando a implementação de políticas públicas prometidas na campanha eleitoral. Além disso, é também difícil imaginar que será possível conter por muito tempo reajustes de salários do funcionalismo.

Seria a alternativa de simplesmente eliminar a regra do teto dos gastos, para facilitar os trâmites e a negociação política para aprovação de mais despesas, uma boa saída? Pelo que vimos até aqui, tal opção é temerária. A fragilidade das contas públicas impede a extinção do teto sem que se coloque outra âncora fiscal em seu lugar.

Mais importante: o desafio de criar nova âncora fiscal passa por um processo de debates e negociações que requer tempo. Infelizmente, estamos perdendo meses preciosos para o amadurecimento de um dispositivo institucional que substitua o teto.

Por fim, a título de contribuição para o debate, meus colegas Fabio Giambiagi e Manoel Pires trouxeram uma proposta de âncora fiscal interessante (textos de discussão FGV Ibre). Os proponentes introduzem uma maneira engenhosa de gerir as despesas. O mecanismo de controle de gastos se dá em dois estágios. Em uma primeira fase, é estabelecido um teto de gastos. No caso, o valor do teto é corrigido anualmente por um índice superior à inflação verificada. Com isso, é criada folga fiscal maior do que a observada hoje em dia, pois a regra vigente limita o reajuste à correção inflacionária. No entanto, caso haja comprometimento do equilíbrio fiscal

estrutural, é acionado o segundo estágio do sistema: as despesas são fortemente contidas.

A ideia trazida por Giambiagi e Pires mantém a atenção à evolução dos gastos tão necessária ao equilíbrio fiscal. Mas também proporciona alívio fiscal maior do que a regra atual do teto, reduzindo, com isso, o risco de frequentes mudanças constitucionais.

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre, ex-presidente da Anatel (2002-2004) e escreve mensalmente
E-mail: luiz.schymura@fgv.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Os filmes de faroeste mais bem avaliados de todos os tempos, classificados em ordem

COMEDY

LINK PATROCINADO

Marca Itaú é avaliada em USD8bi, mais valiosa do país, diz estudo

BLOOMBERG LINEA

LINK PATROCINADO

Égua se recusa a dar à luz - Quando o veterinário vê a ecografia ele chama a polícia

PDFWONDER

LINK PATROCINADO

Melhores filmes de faroeste de todos os tempos, classificados em ordem

COMEDY

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Remover tártaro dentário agora é fácil e pode ser feito em casa

DENTAL RENEW
